



"Júlio sempre foi um bom filho, e provou ser um excelente deputado. Não falo como pai, mas como político experiente com mais de 40 anos de vida pública: são poucos os deputados que se destacam em tão pouco tempo de mandato. Mais do que orgulho do meu filho, tenho a felicidade de poder reafirmar que Júlio mostrou ter todas as qualidades de um bom político, tornando-se uma das maiores lideranças de Juiz de Fora e Minas Gerais. **No Júlio, eu voto.**"

Tarcísio Delgado

Jornal Nosso Voto - Órgão Informativo do Deputado Federal Júlio Delgado, julho de 2005 - Ano IV nº 11
Jornalista responsável: Paulo César Marques - Contato: pmarques@ocessa.com - Repórter: Raquel Machado

Você Vota. A Gente Faz.

NOSSO VOTO

www.juliodelgado.com.br



REMITENTE
Rua Delfim Moreira, 53
Centro - Cep 30010-070
Juiz de Fora - MG

A hora é de renovar a procuração e de separar o joio do trigo

Não aceitamos que as coisas fiquem como estão e que todos os políticos sejam colocados no mesmo saco. Joio é joio. Trigo é trigo.

Todo o nosso esforço teve por objetivo proteger a instituição e resgatar a dignidade de um parlamento que abrigou deputados ilustres como JK, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Luís Eduardo Magalhães, Franco Montoro, Tancredo Neves, Miguel Arraes, Leonel Brizola e tantos outros. Esses nomes que já passaram pela Câmara não podem ter sua história entamada, e os próximos deputados têm o direito de ingressar numa instituição respeitada pela sociedade.

Toda essa sujeira tem reflexos na disposição dos eleitores e traz grandes prejuízos para a democracia. E-mails que proliferam na internet propõem que os eleitores votem nulo ou branco. Este é um direito de qualquer eleitor, mas, votos brancos e nulos são, na verdade, votos de fuga à responsabilidade democrática.

Quando você não decide, saiba que alguém decidirá por você. Na eleição para deputados, o voto nulo não conta para ninguém, mas os votos em branco contam para os mais votados.

Outra opção radical propõe não escolher nenhum dos políticos já eleitos. A recusa pura e simples em dar o voto a deputados que buscam a reeleição é uma maneira simplista de colocar todos no mesmo saco, abrindo mão de

juizar os que estão trabalhando bem. Os políticos não são todos iguais. É bom renovar, sim, mas rejeitar a reeleição dos bons pode piorar ainda mais a qualidade da representação política.

Quanto desses eleitores que mostram tanta indignação com os políticos se lembram em quem votaram para deputado? Por isso, toda essa raiva pode não dar em nada. Ou pior, pode ser usada por candidatos espertalhões, que estão acostumados a comprar votos e a enganar seus eleitores. Tão importante quanto o próximo presidente é o futuro Congresso. É preciso selecionar bem para que não se repitam os espetáculos dantescos a que estamos assistindo.

Além do mais, aqueles que não gostam de política devem se conscientizar de que cada vez mais eles são governados pelos que gostam. Por último, é bom ter em mente que todos os envolvidos que não foram cassados pela Câmara estarão nas ruas disputando o seu voto. Caberá a você, portanto, o difícil trabalho de negar aos picaretas o direito de continuar roubando felizes no Congresso Nacional, sob a proteção do manto da imunidade parlamentar. O trabalho de separar o joio do trigo é difícil, mas, quando bem feito, resulta em benefícios para toda a sociedade.

Por tudo o que fizemos, me sinto tranquilo para, mais uma vez, pedir o seu voto de confiança nesta hora de renovar a procuração do seu representante na Câmara dos Deputados.

Júlio Delgado
Deputado Federal

Estamos iniciando mais um processo eleitoral. E é nesta hora que você, através do seu voto, pode expressar suas ideias e contribuir para melhorar o nível da política e dos políticos desse país. Mais uma vez, colocamos nosso nome para sua análise e julgamento. No exercício do nosso mandato, procuramos honrar a confiança de todos aqueles que nos colocaram como seu representante em Brasília.

Cumprimos nosso dever com ética, coragem e transparência, porque, ao contrário de muitos, acreditamos que o diploma dado ao eleito corresponde a uma procuração, que pode ou não ser renovada, e não a um salvo-conduto, que permite ao político agir sem prestar contas à sociedade.

Foram deputados com essa visão distorcida da política que participaram do maior esquema de corrupção já desmascarado neste país. Como tivemos a coragem de afirmar em nosso trabalho no Conselho de Ética, o mensalão só poderia prosperar em um ambiente promíscuo, onde deputados utilizam o mandato em proveito próprio. Lutamos bravamente contra tudo isso, em respeito ao seu voto e à nossa própria consciência. Sem medo das pressões e sem fugir à responsabilidade, no final de 2005 apresentamos nosso relatório pedindo a cassação do ex-ministro José Dirceu, o todo poderoso da república.

Provamos, com o nosso trabalho de investigação, o que todos já suspeitavam e o que o Procurador-Geral da República confirmou em sua denúncia ao Ministério Público: o capitão do time do presidente Lula era o chefe de uma organização criminosa montada para sugar recursos do Estado e perpetuar o PT no poder. Infelizmente, a Câmara não cassou todos os envolvidos. O voto secreto no Plenário deixou de ser um instrumento de independência dos deputados para se transformar num véu que encombe acordos e esconde o rosto daqueles que preferiram cassar a ética para proteger colegas e aliados. Por isso, encabeçamos o movimento pelo voto aberto, para que o povo brasileiro tenha o direito de conhecer como agem seus representantes.

Trabalho reconhecido

■ Uma pesquisa realizada entre os 20 principais jornalistas políticos que vivem o dia-a-dia do Congresso Nacional chegou a uma conclusão que é motivo de orgulho para Juiz de Fora e região: o deputado federal Júlio Delgado foi reconhecido como um dos melhores políticos em atuação no Congresso Nacional.

■ Somente 49 deputados, eleitos os políticos mais coerentes e íntegros da Câmara, foram citados na pesquisa publicada pelo site Congresso em Foco, que acompanha diariamente as atividades parlamentares.

■ O nome de Júlio foi indicado de forma espontânea, ou seja, os entrevistados tiveram total liberdade para indicar os políticos de acordo com critérios próprios, sem que o entrevistador sugerisse qualquer nome.

■ No entanto, apesar da liberdade de critérios, o site informa que "ficou claro que o quesito honestidade teve grande peso nas indicações, além da análise de coerência do discurso, apoio pela democracia, respeito pelo voto do eleitor, conhecimento técnico e preparo pessoal".

■ "A pergunta levada a campo pelos entrevistadores foi 'Em meio a tanta lama, quem se salva?'. Dos 513 deputados federais, apenas 49 foram lembrados, enquanto dos 81 senadores, apenas 20 obtiveram o voto".



Procurador da República denuncia ex-ministro José Dirceu com base no relatório de Júlio Delgado

A denúncia apresentada pelo Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, confirma integralmente o relatório do deputado Júlio Delgado, que culminou com a cassação do mandato do ex-ministro José Dirceu (PT - SP). Ao ler o documento, Júlio declarou que ele é a resposta àqueles que por muitas vezes acusaram seu relatório de ser tendencioso e mentiroso. O Procurador, que foi indicado para o cargo pelo próprio presidente Luís Inácio Lula da Silva, identifica o Partido dos Trabalhadores como organização criminoso. "O núcleo principal da quadrilha era composto pelo ex-ministro José Dirceu (caracterizado como chefe

da quadrilha), o ex-tesoureiro Delúbio Soares (principal elo entre as demais ramificações operacionais: Banco Rural e Marcos Valério), o ex-secretário Silvio Pereira (responsável pelos cargos a serem ocupados no Governo Federal) e o ex-presidente do partido José Genuino", afirma o documento.

Além de classificar a estrutura interna do partido, a denúncia apresentada discorre sobre as ações criminosas de Marcos Valério; o envolvimento de 40 nomes nesse esquema criminoso, entre eles os deputados absolvidos pelo Plenário da Câmara; os pseudo-empréstimos concedidos ao PT pelos Bancos BMG e Rural; e os benefícios que o governo concedeu ao BMG ao editar a Medida

"Durante o processo de elaboração do nosso relatório, fomos acompanhados por uma nação que cobrava justiça. E tivemos a felicidade de ver nosso trabalho aprovado pela esmagadora maioria dos membros do Conselho de Ética, pelo Plenário da Câmara, por renomados juristas, pela imprensa e por centenas de brasileiros que nos enviaram mensagens de estímulo e apoio. Vejo, agora, nosso relatório servindo de base para a denúncia do maior esquema de corrupção colocado em prática neste país".

Júlio Delgado

Provisória que regulamentou os empréstimos consignados. "Todos estes dados constavam do nosso relatório, mas tivemos que excluir muitos deles por determinação do Supremo Tribunal Federal. Estávamos agindo de forma certa e agora temos o respaldo da denúncia oferecida pelo Procurador e pelo relatório final da CPI dos Correios", disse Júlio Delgado.

"Júlio vem de um tronco de gente que Juiz de Fora conhece bem, da melhor qualidade moral e política. E agrega a isso a inquietação da juventude. É um homem que rapidamente granjeou o papel de ser líder de líderes".

Ciro Gomes

"Contudente - sem exagero, demolidor".

Jornalista Ricardo Noblat sobre o relatório de Júlio

"Júlio Delgado foi irretorquível na fundamentação do seu voto".

Dora Kramer - colonista do Estado de São Paulo

Júlio lidera movimento pela criação da CPMI dos Sanguessugas

Como um dos autores do pedido de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, o deputado Júlio Delgado travou um verdadeiro embate no Congresso Nacional para que a CPMI fosse instalada. Ganhou-se a primeira batalha e Júlio, indicado para integrar a Comissão que vai investigar a participação de deputados e senadores na máfia das ambulâncias, acredita que esta é uma das medidas necessárias não só para moralizar a política no país, mas, principalmente, para possibilitar que os eleitores conheçam realmente quem são seus representantes no Congresso e tenham mais clareza na hora de votar.

Júlio Delgado acredita que é inadmissível permitir que a campanha comece com os eleitores nivelando todo o Congresso Nacional por baixo. "Não somos todos iguais. Alguns deputados e senadores estão aqui para defender os interesses de seu Estado e representar dignamente seus eleitores".

"Não podemos deixar um assunto tão sério sem a devida investigação. Por isso, lutei tanto para

que a CPMI fosse instalada", afirma Júlio.

O deputado disse ainda que a proximidade das eleições não vai impedir os trabalhos da comissão. "Podemos utilizar os documentos e interrogatórios obtidos pela Polícia Federal para agilizar nossas investigações. Além disso, é fundamental que a população conheça quem são os políticos envolvidos com esse esquema", explica.

Fazendo acontecer...

Prioridade para Juiz de Fora e região

Júlio Delgado defende que o Orçamento Federal aprovado na Câmara deva ser impositivo, para evitar que o governo faça chantagem política e barganha com os recursos das emendas parlamentares. Este ano, por exemplo, o governo Lula atrasou a aprovação do orçamento, o que diminuiu o prazo de execução, prejudicando os municípios. Júlio tem consciência da importância dessas emendas para o desenvolvimento regional. Por isso, sempre foi muito criterioso no encaminhamento dos recursos, procurando atender às reais necessidades das cidades.

Somente para o Orçamento de 2006, Júlio elaborou emendas que totalizam mais de R\$ 1.300.000,00 para Juiz de

Fora, nas áreas de saúde, cultura, transportes, Museu Mariano Procópio e Universidade Federal. Na região, foram mais de 30 municípios beneficiados com um volume de recursos que ultrapassa os R\$ 3.600.000,00. Soma-se a esse esforço, a liberação de recursos junto ao Governo Estadual, que multiplicam os valores aplicados na cidade e região.

Além desse trabalho, Júlio mantém um relacionamento profícuo junto aos Ministérios, órgãos de fomento e bancos oficiais, que contribuem para alavancar investimentos e projetos como a canalização do Córrego do Yung, a despoluição do Rio Paraibuna, a duplicação da BR-040 e a restauração da BR-267, entre outros.

Projetos de Lei e Proposições

Em meio aos escândalos de corrupção, Júlio decidiu agir para aumentar a punição de quem comete delitos. O deputado elaborou um Projeto de Lei que torna hediondo e, portanto, inafiançável, todo crime cometido contra o patrimônio público. Com isso, os corruptos deverão ser enquadrados como praticantes de crimes sórdidos e horrendos, como a prática de tortura, tráfico de drogas e terrorismo.

Para facilitar a vida dos pequenos comerciantes e diminuir o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos, Júlio apresentou um Projeto de Lei que obriga os bancos a garantir o pagamento de cheques inferiores a R\$ 50,00 e R\$ 30,00 emitidos por correntistas com mais de 10 e cinco anos de conta, respectivamente.

Em um outro Projeto de Lei, voltado para manter a rotina das empresas, Júlio propõe mudanças no Código Tributário Nacional, fixando prazo de 60 dias, prorrogável por igual período, para a conclusão de diligências de fiscalização por parte da autoridade tributária.

Por acreditar que o salário mínimo é a maior ferramenta de distribuição de renda, Júlio Delgado elaborou três projetos de recuperação real e gradual do salário mínimo brasileiro. Ele quer evitar que os reajustes sejam decididos por Medidas Provisórias e criar mecanismos que garantam ganho real através do aumento da arrecadação de empresas financeiras.

Também é de sua autoria o projeto que determina a inclusão, nos rótulos de alimentos e bulas de remédios, da dosagem da substância fenilalanina nestes produtos. A medida vai beneficiar milhares de fenilcetonúricos que podem sofrer, pelo excesso da substância no organismo, desde o atraso no



desenvolvimento neuropsicomotor e da linguagem até retardo mental.

Para dar maior transparência ao mercado de telecomunicações, Júlio apresentou ao Ministério das Comunicações uma Indicação para que a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações - introduza no Regulamento da Telefonia Móvel Celular o direito do usuário dos serviços pré e pós-pago receberem gratuitamente em seu aparelho mensagem com o custo das ligações efetuadas.

Como relator do Projeto de Lei que obriga as operadoras de celulares a fazerem e manterem atualizado o cadastro nacional de proprietários de celulares pré-pagos, Júlio Delgado estava pensando na segurança pública, um problema cada vez mais angustiante. A lei já está em vigor, mas para apresentar melhores resultados, é preciso que as operadoras cumpram as determinações no sentido de inibir a utilização de celulares em operações criminosas.

Já no Ministério dos Transportes, Júlio sugeriu que sejam realizadas mudanças nos editais dos

processos licitatórios para contratação de obras de construção e recuperação de estradas federais, no sentido de condicionar parte do pagamento à comprovação da qualidade dos serviços realizados.

Ainda no setor de transportes, Júlio foi o autor da proposta de criação de uma CPI com base numa reportagem publicada no jornal Tribuna de Minas (02/05/04), com denúncias sobre descumprimento do contrato de concessão no trecho pedágio da BR-040. Antes mesmo da instalação da CPI a empresa concessionária iniciou as obras de duplicação da rodovia, no trecho entre Matias Barbosa e Juiz de Fora, e se comprometeu a estender a duplicação até a Barreira do Triunfo.

Júlio foi o relator da MP dos Aposentados, conseguindo grandes avanços para quem entrou em acordo com o INSS no processo de revisão do pagamento de benefícios previdenciários concedidos a partir de fevereiro de 1994 e votou para garantir ao aposentado e pensionista o mesmo reajuste do salário mínimo.



“O nosso mandato sempre foi pautado pela dedicação, seriedade, competência e compromisso ético. Não abrimos mão de atuar de forma transparente, construindo um mandato coletivo e participativo, ouvindo os companheiros - do mais simples ao mais erudito - e sendo uma voz firme na defesa dos interesses de nossa gente.

Não tivemos medo de abraçar causas difíceis e, graças à sua força e apoio, conseguimos alcançar conquistas importantes. Como sempre procuramos fazer desde o início, estamos mais uma vez prestando contas do nosso trabalho. É um resumo. Mas acreditamos que você terá condições de conhecer e avaliar um pouco do muito que fizemos. Vamos continuar juntos, com o compromisso de honrarmos a representação política com um trabalho sério e honesto”.

Júlio Delgado

Posições firmes, defendidas com ética, coragem e transparência

A pesar de ter a sua atuação valorizada e seu trabalho no Conselho de Ética elogiado por todos, Júlio Delgado anunciou seu desligamento do Conselho logo após a absolvição do deputado João Paulo Cunha, mais um deputado comprovadamente envolvido no mensalão.

Para Júlio, o Plenário da Câmara desrespeitou sistematicamente o Conselho e a sociedade brasileira ao rejeitar os relatórios que pediam a cassação dos deputados condenados pelo órgão. “O sentimento de corpo pela Instituição se transformou num lamentável exemplo de corporativismo. Infelizmente, esses deputados transformaram a Casa num clube de amigos”, declarou indignado. Por isso, Júlio está liderando o movimento pelo voto aberto, para garantir maior transparência e aumentar a responsabilidade da representação.

Tendo sempre como objetivo a restauração da dignidade da Câmara, Júlio Delgado defendeu o fim da convocação extraordinária remunerada; se recusou a receber o salário extra, repassando os valores para entidades filantrópicas; luta pelo fim do voto secreto no Plenário da Câmara; assinou os requerimentos de criação de todas as CPIs para averiguar as irregularidades cometidas no país; tem sido um crítico ferrenho do excesso de Medidas Provisórias, que impedem a Câmara e o Senado de legislar; e, com a experiência adquirida no trabalho de relator do processo de cassação do ex-ministro José Dirceu, elaborou uma série de mudanças estruturais no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com o objetivo de fortalecê-lo e de facilitar suas investigações.

Por acreditar que o mandato parlamentar é uma procuração que deve ser usada em benefício das pessoas, Júlio tem se envolvido diretamente em lutas que marcaram sua atuação. Foi ele quem buscou, junto ao então Ministro da Defesa José Alencar, uma solução para a situação da Imbel, recebendo do governo o

compromisso de investir na modernização e ampliação do parque da empresa; foi ele, também, um dos cabeças do movimento que mobilizou funcionários e parlamentares para derrubar a MP que previa a extinção da Rede Ferroviária Federal; foi Júlio um dos principais responsáveis pela aprovação da PEC que regulamentou a função do Agente Comunitário de Saúde, beneficiando mais de 154 mil servidores em todo o país; e foi de Júlio, também, a iniciativa de criar a Comissão Especial para analisar a PEC 54-A/1999, que regulariza a situação dos servidores públicos não concursados de acordo com a Constituição de 1988.

Júlio defende uma Reforma Política de verdade, que fortaleça nossa democracia, iniba o caixa dois e o abuso do poder econômico. Para isso, ele tem uma proposta inovadora: criar uma estrutura pública comum a todos os candidatos em campanha. Isso significa entregar a gerência dos recursos aos Comitês de Estrutura Eleitoral, organizados pelos Tribunais Regionais Eleitorais, que ficariam responsáveis pela contratação de palcos para comícios, realização de pesquisas, confecção de material gráfico, produção de rádio e TV, entre outras ações.

Preocupado com o abandono das rodovias brasileiras, especialmente as BR's 393, 267, 116 e 040, Júlio não deixou de cobrar uma ação efetiva do governo. Durante mais de um ano, o deputado levantou o problema em todo discurso que proferiu no plenário. Graças a essa insistência e ao apoio de vários colegas, o governo lançou um plano emergencial de tapa-buracos nas estradas. Mas, numa ação que beneficiou toda a nossa região, os deputados Júlio Delgado, Edmar Moreira, Marcello Siqueira e Custódio Mattos se uniram para incluir no orçamento da União uma emenda de bancada que garantiu recursos suficientes para a recuperação total da BR-267, no trecho que vai de Leopoldina até Caxambu.